

Relatório da CAI 2023-2024 (Elaine Moreira, Edviges Marta Ioris e Estevão Palliot-coordenação CAI)

A CAI iniciou o ano de 2023 com a expectativa do novo governo e a criação do novo Ministério dos Povos Indígenas, além da ex deputada Joenia Wapichana a frente da FUNAI, fundação que passou a ser nomeada Fundação Nacional dos Povos Indígenas. No entanto, como era previsto, a emergência na TIYY ganhou visibilidade já em janeiro de 2023. A invasão garimpeira com novos maquinários, uma infraestrutura empresarial envolvendo uma gestão de aeronaves, embarcações, estradas, combustíveis, alimentação e toda a infraestrutura necessária para o funcionamento ilegal da atividade garimpeira, deixou seu rastro de violência, desnutrição, mortes de crianças e adultos numa convergência avassaladora entre: invasão, destruição ambiental, contaminação dos rios, propagação de malária, violência letal, sexual, e a desestruturação de toda a assistência de proteção territorial e de saúde nos anos anteriores. Os danos sociais e ambientais exigirão anos para a sua reconstrução. A CAI colaborou na organização dos vídeos sobre o tema promovido pela ABA, esta atividade resultou no livro publicado no ano passado. Seguimos acompanhando as ações do governo nesta TI.

Também participamos do Seminário Diversidade, Territórios e Meio Ambiente: 120 dias de reconstrução da democracia, realizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), nos dias 3 e 4 de maio de 2023, este também resultou no livro (https://www.abant.org.br/files/557431_00198561.pdf)

Parte da apresentação do livro indicava as preocupações e expectativa “com vistas a torná-lo efetivamente plural, justo e democrático, particularmente diante do desmonte das instituições do país e da ausência ou ineficácia generalizada das políticas públicas voltadas para a ciência, a educação, a saúde, o meio ambiente, entre outras, verificadas no governo passado” (pagina 08).

No mesmo ano a ABA com a participação da CAI e Comitê de Laudos, participamos de audiências junto ao STF, como amigos da corte, e seguimos de perto o julgamento do Marco temporal e a criação e promulgação da Lei n. 14. 701, de 2023. Se o STF afastou o marco temporal o congresso o institui na forma de lei, e segue valido ate o momento. Retomaremos este ponto.

Ainda em 2023 no ATL, havia a expectativa de 13 terras indígenas serem homologadas, foram homologadas seis. Houve forte pressão para a retirada desta pasta do MPI, e efetivamente, todo o processo de voltou para o MJ. Foi o primeiro corte na estrutura do novo ministério. Um dos lemas do ATL em 2023 foi: Sem demarcação não há democracia.

Entre os pontos positivos com o novo governo o destaque foi o decreto nº 11.509, de 28 de abril, do Conselho Nacional de Política Indigenista, composto por sessenta e quatro membros, composto por 54 membros, vinte e sete do Governo e vinte e sete dos povos e organizações indígenas, e 10 observadores com direito a voz. Assim com o retorno da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, criada **pelo** DECRETO Nº 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012, mas desassistida no governo Bolsonaro. Na fala do atual coordenador da APIB, no seminário realizado pela ABA, destacamos a fala de Kleber Karipuna:

“Nesse sentido, é significativa a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), como efeito dos esforços do Movimento Indígena, que atuou fortemente na equipe de transição do governo para que, dentro do Grupo de Trabalho de povos indígenas, da transição, pudesse ser trazido o alerta sobre as principais questões em relação à política indigenista no geral. Não só a política territorial e ambiental, mas também as de saúde, de educação e outras tantas outras relacionadas à questão indígena. Esse esforço foi importante para poder trazer para dentro do governo, a partir da criação do MPI, o debate sobre a política indigenista, desde o ponto de vista dos próprios povos indígenas. É claro que sabemos de toda a dificuldade enfrentada neste novo governo não só em relação à questão 93 orçamentária, mas também à dimensão estrutural dos órgãos. O próprio MPI é um ministério novo, criado recentemente, que está em processo de estruturação, mas já assumindo responsabilidades pautadas pelo próprio Movimento Indígena que devem ser prerrogativas do Ministério. Da mesma forma, a FUNAI está sendo retomada” (Kleber Karipuna, livro da ABA paginas 92 e 93).

Conquistas das Terras Indígenas:

Registra-se neste período as homologações e reconhecimento como posse permanente as seguintes Terras Indígenas:

2023:

Arara do Rio Amônia (AC), Acapuri de Cima (AM), Rio Gregório (AC), Kariri-Xocó (AL), Uneiuxi (AM), Rio dos Índios (RS), Tremembé da Barra do Mundaú (CE) e Avá-Canoeiro (GO).

2024:

Aldeia Velha (BA) e Cacique Fontoura (MT), TIs Potiguara de Monte-Mor, na Paraíba, e Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, em Santa Catarina

Além disso o MJSP também fez o ato administrativo de portarias declaratórias, sendo declarados os limites de ocupação tradicional de 11 terras indígenas: Maró, Cobra Grande, Sawré Muybu, no Pará; Apiaká do Pontal e Isolados, em Mato Grosso; e Jaraguá, Peguaoty, Djaiko-aty, Amba Porã, Pindoty - Araça-Mirim, Tapy'i/Rio Branquinho e Guaviraty, todas no estado de São Paulo.

Ataques aos Direitos Indígenas:

Ainda em 2023, com a postura do poder legislativo anti-indígena, além dos projetos de lei contra os direitos constitucionais indígenas, que não cessam até o momento, a violência não parou nos territórios e nem os ataques ao trabalho dos antropólogos, particularmente nos Gts de demarcação de terras. E a presença do crime organizado nos territórios indígenas, foi se revelando cada vez mais, não apenas nas áreas fronteiriças do país. Com um modus operante que encontrou apoio nas ações anti- indígenas, esta já conhecida dos povos, o destaque foi a operação Invasão Zero, bem documentada pela imprensa oficial e pelos povos, sem ainda um esclarecimento pelas autoridades competentes. O relatório sobre violência do CIMI, revelou o numero de assassinatos ainda alarmante em 2023. Foram 208 assassinatos no ano, sendo 47 em Roraima, 43 no MTS, 36 no Amazonas. Do total geral de assassinatos, 29 mulheres indígenas.

Eventos realizados:

Diante desta conjuntura, a Cai e o Comitê de Laudos organizou e participou dos seguintes eventos:

- 1) Webinar: "Marco Temporal e os direitos indígenas no Brasil", organizado pelo/a Diretoria da ABA (Gestão 2023-2024) da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, realizado no dia 05/06/2023, das 17h às 19h
- 2) Seminário interno, em Brasília, reunindo, além da coordenação da CAI e Laudos, os seguintes especialistas: Carlos Marés, Deborah Duprat, Paulo Guimarães, Janete Porfírio-Funai, MPF Marcia Zolenger e a vice coordenadora da sexta câmara Dra. Adriana, Marcio Santilli, Paulo Santilli, e a presidente da ABA e a ex presidente Manuela Carneiro da Cunha.

“Oficina da Associação Brasileira de Antropologia (ABA): “Discussão sobre a Lei do Marco Temporal e a garantia dos direitos territoriais indígenas no Brasil”
DATA: 24 e 25 de junho de 2024. LOCAL: Sala de Defesas do ICS/UnB.

3) Destas reflexões e do Simpósio especial na 34ª. RBA:
SE 24 - Territórios, etnocídio e criminalização indígena

Coordenação:

Edviges Marta Ioris (UFSC)

Elaine Moreira (UNB)

Sessão 1 - Encarceramento e adoção indígena: produção de vulnerabilidade e invisibilidade étnica

Participante(s):

Antonio Hilario Aguilera Urquiza (UFMS)

Felipe Kamaroski (Governo do Paraná)

Stephen Grant Baines (UNB)

Debatedor(a): Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Sessão 2 - Ataque aos direitos territoriais indígenas: Marco temporal, invasão e exploração nas TIs

Participante(s):

Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ)

Fabio Mura (UFPB)

Mauricio Terena (APIB)

Debatedor(a): Estêvão Martins Palitot (UFPB)

Sessão 3 - Roda de conversa | Etnocídio, Ecocídio e genocídio

Participante(s):

Deborah Duprat (oab)

Fabio Mura (UFPB)

Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild (ANMIGA)

Luciano Mariz Maia (MPF)

Paulo Machado Guimarães (Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania - ADJC)

Debatedor(a): Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Proposta de Livros:

CAI e Laudos se propôs a organizar 4 livros, que estão em andamento, com destaque para o tema do marco temporal, violência e laudos. As notas produzidas ao longo destes dois anos, registram o clima tenso que ainda enfrentam os povos indígenas na luta por

seus direitos territoriais. A CAI participou ao longo destes dois anos de diversas reuniões e GTs organizados pelo MPI.

Mesas de Conciliação STF

E ainda em dezembro de 2024, a Cai apoiou a organização da participação da ABA na mesa de conciliação do STF, convocada pelo ministro Gilmar Mendes, reconhecemos e agradecemos o esforço da presidenta e da diretoria da ABA, neste momento e ao longo destes dois anos, mobilizando outras associações científicas para as notas mais importantes, assim como na visita da comitiva da sociedade civil em MTS. Importante registrar que a ABA acrescentou outro documento junto ao STF, após a promulgação da lei 14.701, no processo de repercussão geral que conta como relator o ministro Edson Fachin. Este trabalho precisa ser acompanhado de perto e nos colocamos a disposição pra seguir de perto este processo, A APIB se retirou da mesa de conciliação e buscara no próximo ano pressionar o STF para que saia o *acordum* do processo conhecido como do Marco temporal e declare a lei 14.701 como inconstitucional. Ainda em novembro de 2024, a ABA participou, do Fórum sobre Verdade e Justiça para os povos indígenas, que conta na sua coordenação com um membro da CAI e tem sido seguida pelo colega Stephen Baines (relatório anexo). Vários membros da Cai colaboraram com notas e atividades locais, RBA, discussão sobre o ensino de antropologia e deixamos aqui nosso agradecimento a todas e todos. A ABIA, estivemos em um seminário em Brasília representando a presidente, assim como no encontro da INA. Todo este trabalho não seria possível sem a participação de Edviges e Estevão que atuaram permanentemente na coordenação da Cai nesta gestão.

O ano de 2024, encerrou com ataques ao povo Ava Guarani, que foram deslocados pela construção de Itaipu, varias pessoas feridas, incluindo uma criança. Por ultimo, o ano de 2024 registrou a agressão a ferro e fogo de uma criança do povo Karajá e a agressão a uma criança do povo Xavante. Os desafios contra o racismo e a violência permanecem. Por ultimo, chamamos a atenção para a emergência climática e seus impactos junto as populações indígenas, seja nos territórios ou em contextos urbanos, profundamente afetadas nos últimos anos pelos crimes ambientais, secas, inundações, com graves consequências na sua vida cotidiana, segurança alimentar, territórios sagrados, e moradia. Esta já é a realidade em muitos locais e territórios.

Notas da CAI, com o Comitê de Laudos e ABA 2023 e 2024

Segue listas das notas da CAI, com o Comitê de Laudos, outros comitês e outras onde colaboramos junto a diretoria da ABA:

Nota de denúncia e de repúdio ao ataque contra a vida na Terra Indígena Nãnde RuMarangatu: um pedido de basta ao estado de violência no Mato Grosso do Sul! (setembro de 2024- ABA, publicada em português , inglês e espanhol)

Português: https://www.abant.org.br/files/20240919_66ec24a6848fa.pdf

Nota da ABA em solidariedade ao Povo Potiguara Katu (do Rio Grande do Norte) e suas lideranças (maio de 2024)

https://www.abant.org.br/files/20240515_6644b5487fc80.pdf

NOTA DA CAI/ABA DE REPÚDIO E INDIGNAÇÃO PELO CRUEL ASSASSINATO DO INDÍGENA HARIEL PALIANO – DA T.I. IBIRAMA-LAKLÃNÕ – SC (maio de 2024)

https://www.abant.org.br/files/20240506_663900bd6e529.pdf

Nota sobre o adiamento da homologação de terras indígenas pela Presidência da República (abril de 2024)

https://www.abant.org.br/files/20240430_66314944a9447.pdf

Nota sobre violação de direitos na Aldeia Laranjeiras do Povo Akroá-Gamella (abril de 2024)

https://www.abant.org.br/files/20240409_661580f5dd28a.pdf

Nota de solidariedade ao Povo Kamakã-Mongoió (março de 2024)

https://www.abant.org.br/files/20240306_65e882b84f8e8.pdf

Nota de denúncia e repúdio à violência cometida contra o Povo Pataxó-Hã-Hã-Hãe no Sul da Bahia (janeiro de 2024)

https://www.abant.org.br/files/20240125_65b26e5987818.pdf

Nota da ABA sobre Desastre Ambiental, Barragem e Violência contra os Laklanõ- Xokleng (outubro de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20231010_652597ae093b0.pdf

NOTA PÚBLICA | COMISSÃO ARNS, APIB, CIMI, SBPC, ABA Sobre as teses jurídicas apresentadas no julgamento do Marco Temporal (setembro de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230927_65142686f3fab.pdf

Nota de apoio aos direitos do Povo Kalankó e ao GT da FUNAI que está realizando os trabalhos de identificação e delimitação da Terra Indígena Kalankó (setembro de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230926_6512e1526f753.pdf

Apoio ao Povo Xukuru do Ororubá (setembro de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230905_64f732cf295e7.pdf

Nota da CAI contra o Projeto de Lei 2903 Não ao Marco Temporal! (julho de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230706_64a703dd7392d.pdf

ABA em defesa dos direitos dos Povos Indígenas, do Meio Ambiente e da Vida (Associação Brasileira de Antropologia – ABA, seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e sua Comissão de Assuntos Indígenas) (maio de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230529_6474af556c698.pdf

A “tese do marco temporal”: o destino das terras indígenas em julgamento no STF (ABA, SBPC, SBS, ABC, ANPOCS, ABCP) (maio de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230523_646ccb8fa0551.pdf

[1] Consultar Petição 3388 no STF em <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/pet3388ma.pdf>.

[2] Disponível em: http://www.abant.org.br/files/20230517_646530b4e56d4.pdf

[3] Ver http://www.abant.org.br/files/20230517_646530b4e56d4.pdf, assim como https://pib.socioambiental.org/pt/Situa%C3%A7%C3%A3o_jur%C3%ADdica_das_TIs_no_Brasil_hoje.

Nota sobre Evento público realizado na Universidade Federal do Oeste do Pará, nos dias 27 e 28 de abril de 2023 (maio de 2023) (Associação Brasileira de Antropologia – ABA; seu Comitê Patrimônios e Museus; seu Comitê Quilombos; seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; e sua Comissão de Assuntos Indígenas) https://www.abant.org.br/files/20230505_64555e0099d08.pdf

YANOMAMI: tragédia humanitária anunciada (janeiro de 2023) nota pela ABA assinado por varias organizações científicas com colaboração da CAI) https://www.abant.org.br/files/20230124_63cfe9d8620d4.pdf